O Plano de Atuação

O Ministério Público do Pará de há muito trabalha, incessante e incansavelmente, na construção de uma instituição contemporânea que atenda aos anseios da sociedade, destinatária de nossos serviços. Para tanto, superando suas próprias limitações, desenvolveu, legitimado pela participação de membros e servidores administrativos, o seu Plano Geral de Atuação – PGA, que possibilitará a ampliação, com eficiência e eficácia, de seu munus publico.

A necessidade de se planejar estrategicamente decorre do fato de que a atividade do membro do Ministério Público transcende a simples delimitação conceitual de profissão, como agente público, alcançando o caráter de munus publico, isto é, encargo público, ônus ou função imposta pela lei ou pelo Estado, que obriga o membro a certos encargos em benefício da coletividade ou da ordem social, por ser também agente político componente de instituição essencial à administração da justiça.

Como agente político o membro do Ministério Público possui funções de controle que lhe foram atribuídas na Constituição de 1988, especialmente de executar medidas protetivas da sociedade e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo os atos pró-ativos necessários a sua garantia, buscando a solução dos problemas de natureza difusa, coletiva e individual indisponível.

Como resultado deste planejamento, foi implementado, em 2010, o 1º Plano de Atuação dos membros do Ministério Público do Pará, executado com o auxílio de um sistema de software (Sistema de Elaboração e Acompanhamento dos Planos de Atuação - SEAPA), ao qual houve a satisfatória marca de 100% de adesão dos seus membros. Neste ano de 2012, da mesma forma, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Pará espera de seus membros a mesma entrega e disponibilidade. Para tanto, a Administração Superior oferece um SEAPA renovado e aperfeiçoado, para a apresentação de um Plano com prazo de dois anos, procurando, de forma simples, dar efetividade aos serviços, além de oferecer equipe técnica especializada com o objetivo de orientar e facilitar o trabalho de elaboração do Plano de Atuação dos membros.

Do ponto de vista legal, é dever do membro apresentar o Plano de Atuação do cargo que exerce, conforme consta dos artigos 44, 60, 68 a 72, todos da Lei Complementar estadual nº 057/2006, que o elegeu como condição de princípio “do planejamento estratégico e operacional que possibilite a obtenção do melhor resultado social da execução de suas funções institucionais, o permanente aprimoramento da prestação dos seus serviços e a racionalidade da disposição e utilização dos seus recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros”.

À Corregedoria-Geral cabe o papel de guardião dessa ferramenta de planejamento, de acordo com o artigo 37, inciso IV, da Lei Orgânica estadual, devendo “acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e respectivas Coordenadorias, em seus planos ou programas de atuação”. Paralelamente, o Egrégio Colégio de Procuradores editou a Resolução nº 44/2011-CPJ, de 1º/12/2011, estabelecendo diretrizes para a elaboração, acompanhamento e avaliação dos Planos de

Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, propondo que a sociedade seja sempre ouvida em seus interesses. O Egrégio Conselho Superior, por meio da Resolução nº 002/2011-MP/CSMP, de 1º/4/2011, destacou (artigo 7º, inciso II, alínea “b”) a importância da elaboração, desenvolvimento, execução e acompanhamento do Plano de Atuação, exigindo, na inscrição, “informação sobre a execução do plano de atuação de origem, destacando as ações executadas, de acordo com as atividades e metas planejadas, sobre todas as Promotorias ou Procuradorias de Justiça em que atuou durante a vigência do Plano de Atuação”. Nos artigos. 9º e 17, a resolução ressalta que o critério de merecimento será aferido pelo cumprimento das metas do plano de atuação como matéria obrigatória na avaliação da movimentação da carreira, pontuando (de 0 a 4 pontos) a atividade, como critério objetivo, nos certames de promoção e remoção da carreira dos seus membros.

De outra banda, a atribuição de agente transformador da sociedade e de mediador de conflitos, reunida à variedade das atividades do Ministério Público, reclamava o planejamento da atuação com diretrizes e objetivos “destinados a viabilizar a interação das atividades e a consecução das metas prioritárias da instituição nas suas diversas áreas de atuação” (artigo 70, da Lei Complementar nº 57/2006); com isso será alcançada uma padronização da atuação, capaz de orientar tanto o Procurador de Justiça quanto o Promotor de Justiça em suas tarefas cotidianas, com especial atenção aos que, nas distantes paragens amazônicas, enfrentam quase que solitariamente os desafios da carreira.